

## NÚMEROS ATUAIS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E NA BAHIA

**Patrícia da Silva Cerqueira**

Economista. Especialista em Planejamento e Gestão Governamental. Mestre em Análise Regional. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA/Campus Paulo Afonso. patricia\_cerq@yahoo.com.br

### RESUMO

A globalização econômica impõe, cada vez mais, um ambiente concorrencial muito difícil, que favorece, sobretudo, aos interesses do grande capital. Se o ambiente torna-se, cada vez mais competitivo, o desafio é bem maior quando pensamos em regiões periféricas. Nestas regiões a necessidade de buscar as suas próprias alternativas para a superação dos desafios é mais intensa. Neste contexto a associação, a cooperação e o empreendedorismo são ferramentas fundamentais. Reconhecendo a importância deste tema para o desenvolvimento mais justo das economias periféricas o presente artigo tem como objetivo sistematizar e apresentar, de forma breve, alguns aspectos teóricos e conceituais do cooperativismo e os últimos dados quantitativos publicados pela Organização das Cooperativas do Brasil, contextualizando o estado da Bahia neste cenário.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Associativismo. Empreendedorismo.

### ABSTRACT

Economic globalization requires, more and more, a hard competitive environment, which collaborates, mainly, the interests of big business. If the environment becomes increasingly competitive, the challenge is much greater when we think in peripheral regions. In these regions the need to seek their own alternatives to overcome the challenges is more intense. In this context the association, cooperation and entrepreneurship are key tools. Recognizing the importance of this subject for a fairer development in peripheral economies the present article aims to systematize and present, briefly, some theoretical and conceptual aspects of the cooperativism and the latest quantitative data published by the Organization of Cooperatives in Brazil, contextualizing Bahia state in this setting.

**Key-words:** Cooperativismo. Associativismo. Entrepreneurship.

### INTRODUÇÃO

A globalização econômica impõe, cada vez mais, um ambiente concorrencial muito difícil, que favorece, sobretudo, aos interesses do grande capital. Neste momento, em que é muito importante pensar globalmente os problemas sociais para o alcance de soluções realmente eficazes, o tema cooperativismo vem ganhando destaque e demonstrando a sua importância.

Nesse sentido, se o ambiente torna-se, cada vez mais competitivo, o desafio é bem maior quando pensamos em regiões periféricas. Nestas regiões, a necessidade de buscar as suas próprias alternativas para a superação dos desafios é mais intensa. Nesse contexto, a associação, a cooperação e o empreendedorismo são ferramentas fundamentais. A associação por agrupar, organizar e proteger politicamente; a cooperativa por estruturar, ditar as normas de conduta, os valores, princípios e responder economicamente; e o empreendedorismo por dinamizar e abrir os horizontes dentro de um mercado cada vez mais competitivo.

Reconhecendo a importância deste tema para o desenvolvimento mais justo das economias periféricas, o presente artigo tem como objetivo sistematizar e apresentar, de forma breve, alguns aspectos teóricos e conceituais do cooperativismo e os últimos dados quantitativos publicados pela Organização das Cooperativas do Brasil, contextualizando o estado da Bahia neste cenário.

Mediante a revisão conceitual e histórica deste segmento, a sistematização e a análise de dados recentes do Brasil e da Bahia, pretende-se apresentar o atual cenário do cooperativismo, apontando alguns gargalos para seu desenvolvimento e as perspectivas deste segmento.

## 1 METODOLOGIA

A primeira parte deste artigo apresenta revisão teórica e conceitual e tem como base metodológica a pesquisa bibliográfica, na qual foram selecionados alguns autores de referência nacional na temática. Também são apresentadas informações sobre o segmento coletadas em sites oficiais de informação.

A segunda parte apresenta a sistematização e análise dos dados quantitativos que foram extraídos do banco de dados do cooperativismo publicado pela Organização das Cooperativas do Brasil, além de informações estruturais e conjunturais.

## 2 REVISÃO CONCEITUAL E HISTÓRICA

O tema “organização social” pode ser citado como um bom início para a compreensão do cooperativismo. Desde os primórdios de sua existência, o homem sentiu a necessidade de se juntar a seus semelhantes com o objetivo de reunir forças para lidar com os desafios de um mundo hostil e mais do que em outro momento de sua história, essa necessidade torna-se evidente.

Segundo Irion (1997), o cooperativismo nasceu da crise social gerada pelo capitalismo, e não da ideologia capitalista, e tem como objetivo a correção do meio econômico e social mediante a criação de sistemas cooperativistas, que são instituições privadas sem fins lucrativos. Apesar de realizar atividade econômica (vendendo produtos no mercado), este tipo de organização não tem o objetivo de remunerar o capital e sim o trabalho.

A despeito de ter como berço a Inglaterra (a Revolução Industrial e o liberalismo criaram as condições necessárias), a doutrina cooperativista foi efetivamente formulada e estruturada na França, por Charles Gide, professor da Universidade de Paris, que lançou as bases da doutrina cooperativa em 1886, ampliou e aprofundou os princípios doutrinários baseados nos precursores de Rochdale (PINHO, 1995).

A evolução das idéias do cooperativismo deu origem a um organismo internacional que as representa: a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Esta organização não governamental representa e atende às cooperativas em todo o mundo, representando atualmente mais de 800 milhões de pessoas. O cooperativismo é um tema que vem ganhando destaque no cenário brasileiro ao longo dos tempos. No final do século XIX, tivemos a criação das primeiras cooperativas e ao longo do século XX observamos a construção deste “sistema”, com a formalização da lei e a criação de instituições representativas.

Ainda no final do século XIX, apareceram os primeiros relatos de cooperativas em nosso país. De acordo com Pinho (2004), a primeira cooperativa formal no Brasil surgiu em 1889, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo. Outras organizações apareceram em outros locais, estimuladas por idealistas brasileiros e imigrantes estrangeiros. A abolição da escravidão e a promulgação da Constituição Republicana no final do século XIX (1891- art. 72, §8º) estimularam o associativismo e já na primeira década do século XX surgiram as primeiras iniciativas de constituição de cooperativas agrícolas (PINHO, 1966 apud MENEGÁRIO, 2000).

No que diz respeito à legislação, foi a partir de 1903 que os primeiros registros sobre este tema começaram a ocupar espaço nos decretos governamentais. Em 1907, o decreto nº. 1.637 demonstrava o reconhecimento da utilidade das cooperativas pelo Governo. Desde essa época, até final da década de 1960, muitos decretos

foram criados e revogados até a promulgação, em 1971, da Lei nº. 5.764, ainda em vigor, que define o regime jurídico das cooperativas e o Sistema Brasileiro de Cooperativismo.

Para Rios (1989), o cooperativismo no Brasil surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominantemente agro-exportadora, diferente do contexto observado na Europa do século XIX, no qual o movimento cooperativista decorreu da luta das pessoas para superar os problemas socioeconômicos causados pelo liberalismo. Além disso, no mundo europeu o movimento cooperativista teve expressão predominantemente urbana; no Brasil, este movimento de elites (conservador) localiza-se, sobretudo, no meio rural, sendo um cooperativismo tipicamente de serviços, o que reforça a característica de movimento elitista, já que não contraria questões como a concentração de terras.

Foi no período de 1932 a 1964, conforme Pinho (2004), que o cooperativismo brasileiro se consolidou parcialmente em nosso país, devido ao Decreto 22.239/32 — primeira Lei que estabeleceu as principais características das cooperativas, consagrando o embasamento da doutrina em bases rochdaleanas, e garantindo-lhes razoável liberdade de constituição e funcionamento. Entretanto, em 1964, com a Lei 4.594, que reformava o sistema bancário, foram estabelecidas normas da política financeira do Governo Federal que acabaram quase que totalmente com as cooperativas de crédito no país. Como consequência dessa medida, o retorno do crédito rural demorou quase duas décadas.

O período de 1965 a 1970 foi muito difícil para o sistema cooperativista no Brasil, pois nesta fase o controle estatal sobre as cooperativas era muito grande e, em paralelo, foi eliminada boa parte dos incentivos fiscais a seu favor. Esse período representou forte oposição ao cooperativismo de crédito, tolerando-se apenas as cooperativas de crédito mútuo.

A partir de 1971, com a promulgação da Lei 5.764, a política nacional para o cooperativismo foi estruturada. De acordo com essa lei, compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público (Art. 1º). Essa Lei também contempla que a ação do Poder Público será exercido, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

A despeito das iniciativas do início do século XX, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) só foi fundada no final da década de 1960. Esta organização é o órgão máximo de representação do cooperativismo e tem por objetivo promover, fomentar e defender o sistema cooperativista do Brasil. Dentre suas funções, está a de congregar as organizações que representam este sistema regionalmente: as Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs).

Além destas organizações, existem as confederações representativas da categoria, a exemplo da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP), entidade sindical de grau superior que visa garantir a defesa dos interesses institucionais do Cooperativismo; e as entidades representativas de segundo grau, a exemplo da Federação dos Sindicatos das Cooperativas dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina (FECOOP/SULENE), com sede em Vitória (ES). No que diz respeito à Bahia temos o Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB), que é uma OCE.

Com a Constituição Federal de 1988, o sistema cooperativista deveria ficar mais fortalecido, mas os anos que se seguiram a sua promulgação não foram promissores. O Brasil, nesse momento, viveu uma grande crise política e a inflação se tornou um problema crucial. Com a economia estagnada, o sistema cooperativista

brasileiro não pôde aproveitar de imediato a autogestão conquistada pela lei, pois o sistema cooperativista se descapitalizou, seguindo a tendência do país.

A partir de 1995, com a Resolução nº. 2.193/95 do Conselho Monetário Nacional e do BACEN, foi permitida a criação de bancos cooperativos pelas Cooperativas de Crédito Centrais. Além disso, a estabilidade econômica ajudou essas instituições a retomarem o fôlego perdido.

Desde o final do século XX, podemos perceber uma projeção do cooperativismo brasileiro no mercado internacional. Corroboram esta afirmação a participação em representações internacionais e o intercâmbio econômico com outros países. As cooperativas de crédito, fortalecidas em centrais e confederações, formaram dois sistemas (o Sicredi e o Sicoob) que resultaram na criação de dois bancos: Banco Cooperativo SICREDI S/A (Bansicredi) e o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob S/A). Além do mais, as sociedades, em todo o mundo, voltaram-se para a Economia Solidária.

### **3 ALGUNS NÚMEROS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E NA BAHIA**

Os últimos dados publicados pela Organização das Cooperativas do Brasil - OCB sobre o cooperativismo no Brasil demonstram o amadurecimento deste segmento, e aumentaram, nos últimos nove anos, em números de cooperativas, de associados e de empregados. Este resultado acompanha o processo de retomada do crescimento da economia brasileira, que nos últimos anos passa por perspectivas favoráveis do conjunto e de alguns setores em especial, como a agropecuária e a indústria.

Além do crescimento da economia, outros fatores colaboram para o desenvolvimento e a consolidação do cooperativismo no país, como a rigidez das leis trabalhistas e o neoliberalismo. No atual mundo da economia aberta, está cada vez mais difícil ser competitivo individualmente, e a cooperação é uma forma de superar as dificuldades.

A movimentação econômico-financeira das cooperativas brasileiras chega ao valor de R\$ 88,5 bilhões em 2009, mantendo o patamar de alta dos últimos anos. O modelo cooperativista demonstra robustez frente aos impactos da crise econômica mundial. Em geral, todos os ramos apresentam crescimento, demonstrando forte relação com os mercados, destacando-se os não tradicionais (OCB, 2010).

Em 2009, de acordo com os dados da OCB, os números do Brasil são: 7.261 cooperativas, 8,25 milhões de associados e 274,2 mil empregados. O crescimento do número de cooperativas ativas no período 2000-2009 é de 23%, o de associados é de 77% e o de empregados é de 62% (Tabela 1).

A despeito dos números apontarem uma significativa melhora na organização social do país, o associativismo ainda é uma prática concentrada nas regiões mais fortes economicamente, como as regiões sul e sudeste. De acordo com os dados, o número de associados no estado de São Paulo é maior do que o número total dos associados nas regiões Nordeste, Norte e Centro Oeste somados. Somente no estado de São Paulo, em 2009, chegou-se a 2,82 milhões de pessoas associadas, 34% do total de associados do país.

A região sudeste concentra o maior número de cooperativas e de associados do país, chegando a 4,14 milhões de associados em 2009 (50% do total do país). Por outro lado, a região sul, que apresenta em 2009 um número inferior ao da região sudeste de associados (3,11 milhões - 38% do total do país), alcança o maior número de pessoas empregadas na atividade cooperativista. Em 2009, aproximadamente 131,1 mil pessoas (47,8% do total de empregados do país), estavam empregadas em cooperativas desta região.

O número de cooperativas da região sudeste apresenta uma queda de 8% no período analisado. Esta redução, de acordo com a última análise do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, mostra a dinâmica do cooperativismo no Brasil, e a sua visão em buscar oportunidades na pós-crise mundial. De acordo com o presidente, para mitigar as dificuldades, as cooperativas optaram pelo processo de aglutinação, tendência do profissionalismo da gestão.

Em relação ao número de empregados, a região Nordeste apresenta crescimento significativo, passando de 10.044 empregados em 2000 para 20.542 em 2009 (taxa de crescimento de 105%). O número de cooperativas e de associados também cresce na região neste período, 48% e 10%, respectivamente. Nesta região, o estado da Bahia merece destaque, uma vez que os números de cooperativas, de associados e de empregados cresceram muito nos últimos anos. Nesta região, os destaques são: o estado da Bahia com o maior número de cooperativas em 2009 (820 cooperativas ativas), o estado de Pernambuco com o maior número de associados (105.268 pessoas) e o estado do Ceará com o maior número de empregados (5.582 pessoas).

A Bahia representa, em 2009, 11,3% do total de cooperativas do país, ficando apenas atrás do estado de São Paulo, que também detém significativa participação no PIB do país. Apesar do elevado número de cooperativas, o estado da Bahia representa apenas 0,9% do total de associados e 1,0% do total de empregados em cooperativas do país. No período a taxa de crescimento dos associados é significativa, em torno de 40%, passando de 52.224 associados em 2000 para 73.229 associados em 2009. A Paraíba também teve taxa de crescimento de associados significativa (65%), passando de 27.708 associados em 2000 para 45.768 em 2009.

Tabela 1 - Número de cooperativas, número de associados, número de empregados, participação e taxa de crescimento, por estado e região: Brasil, 2000/2009

Estados	Cooperativas			Associados			Empregados			Tx cresc. 2000/2009		
	2000	2009	%	2000	2009	%	2000	2009	%	Coop.	Assoc.	Emp.
Acre	5	48	0,7	3.177	7.385	0,1	94	195	0,1	860	132	107
Amazonas	37	165	2,3	13.203	12.047	0,1	215	1.485	0,5	346	-9	591
Amapá	36	47	0,6	1.900	4.622	0,1	119	450	0,2	31	143	278
Pará	85	264	3,6	25.960	45.566	0,6	641	1.669	0,6	211	76	160
Rondônia	74	124	1,7	7.191	24.208	0,3	239	1.182	0,4	68	237	395
Roraima	17	58	0,8	612	3.533	0,0	11	348	0,1	241	477	3064
Tocantins	30	77	1,1	3.860	9.420	0,1	878	648	0,2	157	144	-26
<b>Norte</b>	<b>284</b>	<b>783</b>	<b>10,8</b>	<b>55.903</b>	<b>106.781</b>	<b>1,3</b>	<b>2.197</b>	<b>5.977</b>	<b>2,2</b>	<b>176</b>	<b>91</b>	<b>172</b>
Alagoas	29	98	1,3	18.308	19.986	0,2	1.075	3.341	1,2	238	9	211
Bahia	252	820	11,3	52.224	73.229	0,9	1.256	2.668	1,0	225	40	112
Ceará	234	154	2,1	81.093	67.243	0,8	2.377	5.582	2,0	-34	-17	135
Maranhão	139	244	3,4	16.600	12.636	0,2	482	676	0,2	76	-24	40
Paraíba	103	115	1,6	27.708	45.768	0,6	903	2.581	0,9	12	65	186
Pernambuco	292	199	2,7	96.844	105.268	1,3	1.600	3.126	1,1	-32	9	95
Piauí	90	75	1,0	15.603	15.243	0,2	477	686	0,3	-17	-2	44
Rio Grande do Norte	99	124	1,7	55.348	58.169	0,7	1.629	1.297	0,5	25	5	-20
Sergipe	39	60	0,8	8.167	10.913	0,1	245	585	0,2	54	34	139
<b>Nordeste</b>	<b>1.277</b>	<b>1.889</b>	<b>26,0</b>	<b>371.895</b>	<b>408.455</b>	<b>4,9</b>	<b>10.044</b>	<b>20.542</b>	<b>7,5</b>	<b>48</b>	<b>10</b>	<b>105</b>
Distrito Federal	62	154	2,1	52.438	142.180	1,7	1.120	1.774	0,6	148	171	58
Goiás	129	225	3,1	64.685	82.020	1,0	5.129	6.043	2,2	74	27	18
Mato Grosso do Sul	66	105	1,4	19.272	77.752	0,9	1.835	3.322	1,2	59	303	81
Mato Grosso	100	159	2,2	24.584	183.957	2,2	2.015	6.139	2,2	59	648	205
<b>C-Oeste</b>	<b>357</b>	<b>643</b>	<b>8,9</b>	<b>160.979</b>	<b>485.909</b>	<b>5,9</b>	<b>10.099</b>	<b>17.278</b>	<b>6,3</b>	<b>80</b>	<b>202</b>	<b>71</b>
Espírito Santo	156	143	2,0	62.206	147.127	1,8	3.277	5.641	2,1	-8	137	72
Minas Gerais	889	789	10,9	640.490	902.749	10,9	23.823	26.239	9,6	-11	41	10
Rio de Janeiro	862	815	11,2	209.905	268.235	3,3	7.027	8.222	3,0	-5	28	17
São Paulo	965	905	12,5	1.880.938	2.822.202	34,2	36.679	59.126	21,6	-6	50	61
<b>Sudeste</b>	<b>2.872</b>	<b>2.652</b>	<b>36,5</b>	<b>2.793.539</b>	<b>4.140.313</b>	<b>50,2</b>	<b>70.806</b>	<b>99.228</b>	<b>36,2</b>	<b>-8</b>	<b>48</b>	<b>40</b>
Paraná	202	238	3,3	194.511	513.771	6,2	32.297	55.367	20,2	18	164	71
Rio Grande do Sul	634	799	11,0	705.991	1.738.510	21,1	30.789	45.874	16,7	26	146	49
Santa Catarina	277	257	3,5	366.456	858.671	10,4	13.161	29.924	10,9	-7	134	127
<b>Sul</b>	<b>1.113</b>	<b>1.294</b>	<b>17,8</b>	<b>1.266.958</b>	<b>3.110.952</b>	<b>37,7</b>	<b>76.247</b>	<b>131.165</b>	<b>47,8</b>	<b>16</b>	<b>146</b>	<b>72</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.903</b>	<b>7.261</b>	<b>100,0</b>	<b>4.649.274</b>	<b>8.252.410</b>	<b>100,0</b>	<b>169.393</b>	<b>274.190</b>	<b>100,0</b>	<b>23</b>	<b>77</b>	<b>62</b>

Fonte: OCB/Getec/nucleoBancoDados. Adaptação e cálculos da autora

As cooperativas do ramo Agropecuário estão em maior número no país e podem ser definidas como cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social. A participação no PIB agropecuário desse ramo é de aproximadamente 37,2%, e no PIB cooperativo em torno de 47% (APRESENTAÇÃO..., 2010).

Os dados da OCB indicam, em 2009, 1.615 cooperativas ativas no ramo Agropecuário, seguido do ramo Trabalho (1.408 cooperativas ativas) e do ramos Transporte e Crédito, ambos com 1.100 cooperativas ativas. No que diz respeito ao número de associados, o ramo predominante no país é o de Crédito, com cerca de 3,50 milhões de associados, aproximadamente (Tabela 2).

O ramo de Crédito é composto por cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados. Atua no crédito rural e urbano.

Ramo de atividade	Cooperativas		Associados		Empregados	
	2000	2009	2000	2009	2000	2009
Agropecuário	1.411	1.615	831.654	942.147	108.233	138.829
Consumo	181	128	1.465.076	2.304.830	7.890	9.702
Crédito	938	1.100	1.040.355	3.497.735	15.924	42.802
Educacional	221	304	76.983	55.838	2.508	3.716
Especial	4	15	2.004	469	6	9
Habitacional	198	253	48.776	108.695	1.582	1.406
Infraestrutura	184	154	563.314	715.800	5.445	6.045
Mineral	23	58	2.335	20.031	22	103
Produção	114	226	6.030	11.396	327	2.936
Saúde	740	871	299.023	225.980	21.413	55.709
Trabalho	1.464	1.408	281.733	260.891	4.182	4.243
Transporte	423	1.100	31.951	107.109	1.861	8.660
Turismo e Lazer	2	29	40	1.489	-	30
<b>TOTAL</b>	<b>5.903</b>	<b>7.261</b>	<b>4.649.274</b>	<b>8.252.410</b>	<b>169.393</b>	<b>274.190</b>
Fonte: OCB/Getec/nucleoBancoDados						

O ramo Agropecuário é predominante em relação ao número de empregados em cooperativas. Em 2009 este ramo ocupou 139 mil pessoas, aproximadamente, seguido do ramo de Saúde (55.790 pessoas) e do ramo Crédito (42.802 pessoas). É válido ressaltar que o ramo Saúde mais que dobrou o número de empregados, passando de 21.413 pessoas empregadas para 55.709 pessoas empregadas em 2009.

Observando os dados para a Bahia por ramo de atividade, percebe-se que o ramo de Trabalho apresenta o maior número de cooperativas em 2009, chegando a 265 organizações. Este ramo é composto por cooperativas que se dedicam à organização e administração dos interesses inerentes à atividade profissional dos trabalhadores associados para prestação de serviços não identificados com outros ramos já reconhecidos.

Os ramos que possuem o maior número de associados no estado, são o de Crédito e o de Trabalho. Estes ramos apresentam crescimento significativo, comparando-se com os números apresentados pela OCB em 2000. No ano de 2009, o número de associados em cooperativas do ramo Crédito cresce em torno de 87%, chegando a 25.533 pessoas, no ramo do Trabalho mais que dobrou, chegando a 21.863 pessoas (Tabela 3).

A despeito do grande potencial turístico de nosso estado, vale destacar que os números de 2009 ainda não apresentam organização social para este setor, pois em 2000 não existiam cooperativas ativas ramo Turismo e Lazer. Em 2009, surgem 10 cooperativas neste ramo, com cerca de 80 associados, e até o momento nenhum empregado. Além disso, o número de cooperativas de Produção, pouco significativo na Bahia em 2000, deixa de existir em 2009. Este fato ratifica que, no estado, estão sendo formadas apenas cooperativas de produtores rurais com essa finalidade (cooperativas agropecuárias), excluindo os demais segmentos da atividade econômica.

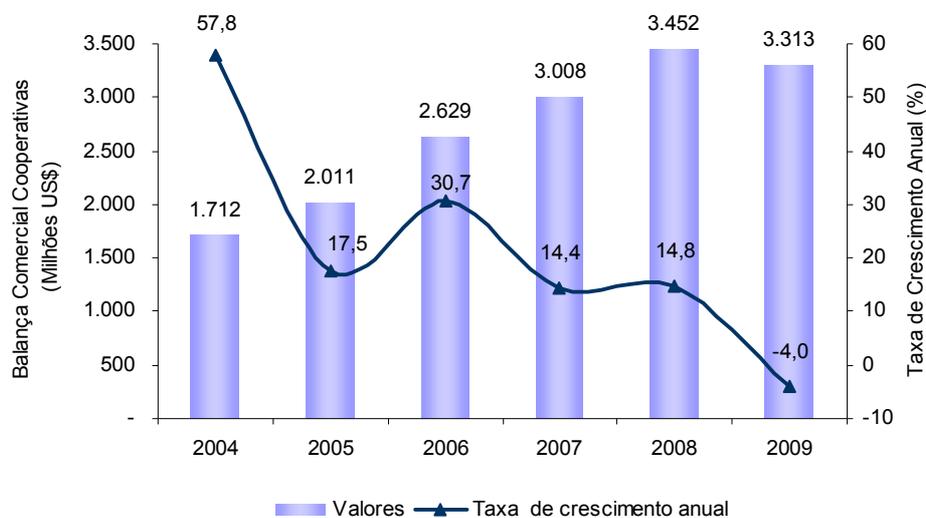
Ramo de atividade	Cooperativas		Associados		Empregados	
	2000	2009	2000	2009	2000	2009
Agropecuário	53	184	14.387	6.172	586	465
Consumo	2	4	40	80	0	22
Crédito	22	64	13.670	25.533	105	167
Educacional	19	35	3.592	2.171	263	849
Especial	0	0	0	0	0	0
Habitacional	2	7	90	172	2	0
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0
Mineral	2	11	371	397	2	2
Produção	1	0	20	0	0	0
Saúde	35	94	9.400	9.921	225	299
Trabalho	81	265	9.691	21.863	0	239
Transporte	35	146	963	6.840	56	625
Turismo e Lazer	0	10	-	80	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>252</b>	<b>820</b>	<b>52.224</b>	<b>73.229</b>	<b>1.256</b>	<b>2.668</b>

Fonte: OCB/Getec/nucleoBancoDados

De acordo com os dados do estudo elaborado pela Gerência de Mercados da OCB, as exportações das cooperativas no Brasil cresceram significativamente a partir de 2000. Em 2000, o valor negociado no mercado internacional por essas organizações correspondeu a 759 milhões de dólares. Em 2009, este valor chegou a 3,63 bilhões de dólares, fato que demonstra o aumento da participação destas organizações na comercialização de produtos no comércio internacional.

Os dados de 2009 demonstram que os impactos da crise internacional são mais intensos nas exportações brasileiras do que nas exportações das cooperativas, pois a queda das exportações do país chegou a 22,7%, enquanto que no setor cooperativista a redução foi de 9,5%. A balança comercial das cooperativas continua mantendo a tendência positiva. Apesar de em 2009 ter caído cerca de 4% em relação ao ano anterior, o saldo positivo é de US\$ 3,31 bilhões (Gráfico 1).

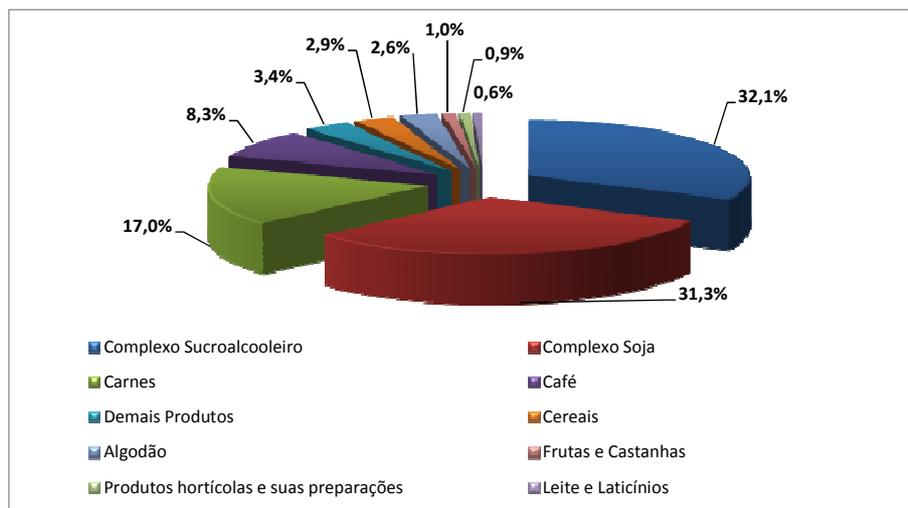
**Gráfico 1 - Balança comercial das cooperativas brasileiras**



Fonte: Dados das Exportações - MDIC/SECEX (2010)  
Elaboração: OCB/GEMERC (2010)

Em 2009, o complexo sucroalcooleiro continua a representar a maior fatia dos produtos exportados pelas cooperativas em todo o Brasil, chegando a 32,1%, seguido do complexo da soja com 31,3%, e das carnes com 17%. Além destes, outros produtos também compõem a pauta de exportação das cooperativas do Brasil, sendo estes: Café (8,3%), cereais (2,9%), Algodão (2,6%), frutas e castanhas (1%), produtos hortícolas e suas preparações (0,9%), leite e laticínios (0,6%) e demais produtos (3,4%) (Gráfico 2).

**Gráfico 2** - Variação (%) da participação dos produtos exportados pelas cooperativas brasileiras



Fonte: Dados das Exportações - MDIC/SECEX (2010)

Elaboração: OCB/GEMERC (2010)

Os principais destinos, em 2009, das exportações das cooperativas brasileiras são: Alemanha (US\$ 367 milhões), China (US\$ 353 milhões), Países Baixos (US\$ 285 milhões), Emirados Árabes (US\$ 254 milhões) e Índia (US\$ 213 milhões). Outros destinos também merecem destaque: França, Japão, Arábia Saudita, Hong Kong, Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, Coreia do Sul, Canadá, Bélgica e Irã.

Em relação aos aspectos fundiários, em todo o Brasil, as pequenas propriedades são as que mais se associam às cooperativas. Do total de estabelecimentos associados a cooperativas, cerca de 60% têm entre 10 e 100 hectares, enquanto apenas 2% são de estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. Esse dado reforça a necessidade de o micro e pequeno produtor se associar para se tornar mais competitivo no atual mundo globalizado (economia aberta), fortalecendo o empreendedorismo local.

A rentabilidade dos estabelecimentos associados às cooperativas é maior do que a rentabilidade dos que não são associados. De acordo com a OCB, estabelecimentos associados têm rentabilidade de produção em torno de R\$ 237/ha e os que não são associados têm rentabilidade menor (R\$ 92/ha) do que a média de rentabilidade por hectare do país (R\$123/ha).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados é notório o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil e no mundo. Especificamente, no Brasil, ele vive um momento especial, já que o foco do Governo para o desenvolvimento do país está mais concentrado no meio rural e na agricultura familiar, pois o planejamento e a execução de projetos do Governo são direcionados para uma intensa participação popular e organização social, o que reforça a necessidade do associativismo e do cooperativismo nas comunidades rurais e locais.

Entretanto, o desenvolvimento das cooperativas no Brasil segue a mesma estrutura concentrada do desenvolvimento regional do Brasil e os números do sudeste e do sul são significativamente maiores em relação às demais regiões do país. Os números de cooperativas, de associados e de empregados deste segmento cresceram nos últimos anos, em especial o número de associados, que em 2009 chegou a 8,25 milhões de pessoas. Desse modo, o acesso às políticas de crédito e de inclusão no meio rural aumentou na região nordeste nos últimos anos, fruto de um esforço do Governo em diminuir as diferenças regionais, mas esses esforços são ainda insuficientes para resolver o problema.

O estado da Bahia, em relação ao nordeste, que é uma região periférica de nosso país, apresenta um cenário de destaque em termos quantitativos, com o aumento dos números de associados e empregados, mas ainda assim está muito abaixo do número de associados de São Paulo, por exemplo. Visto que a Bahia possui a maior população rural do país (4.297.402 pessoas) e demanda políticas públicas a ela direcionadas, as pessoas que vivem neste espaço precisam se organizar e participar ativamente dos processos.

Desse modo, infere-se que a expectativa do cooperativismo para o ano de 2010 é positiva, pois a despeito da suave retração da balança comercial em 2009, a tendência é que ela volte a crescer com a retomada do crescimento econômico e superação dos impactos e desafios impostos pela crise econômica mundial. De acordo com as análises da Gerência de Mercados da OCB, o ritmo de incremento na demanda por alimentos do mundo, principalmente da carne, promoverá oportunidades para o Brasil, mas é preciso que o Governo intensifique o apoio aos produtores rurais e as cooperativas. Para esse fim, a melhoria em infraestrutura, principalmente no que diz respeito ao transporte, armazenamento e escoamento de produção, a redução da carga tributária e o acesso ao sistema de seguro se fazem necessários frente aos novos horizontes já vislumbrados pelos produtores e empreendedores do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.ica.coop/es/index.html>>. Acesso em: 3 set. 2008.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 5.764**. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5764.htm>>. Acesso em: 3 set. 2008.
- GERENCIADOR. Disponível em: <[http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/250210\\_somentenumeros.pdf](http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/250210_somentenumeros.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2010.
- IRION, João Eduardo Oliveira. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.
- MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de indicadores socioeconômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias**. 2000. (Dissertação) Dissertação de Mestrado - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-11032002-104853/publico/Alexandre.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2007.

NÚMEROS DO COOPERATIVISMO. **O portal do cooperativismo brasileiro**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/Default.aspx?tabid=156>>. Acesso em nov. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Números do cooperativismo**. Disponível em: <[http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/apresentacao\\_ocb\\_portugues\\_2010.pdf](http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/apresentacao_ocb_portugues_2010.pdf)>. Acesso em: ago. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL. **Brasilcooperativo** – o portal do cooperativismo brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/Default.aspx?tabid=156>>. Acesso em: nov. 2007.

PINHO, Diva Benevides de. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1995.

PINHO, Diva Benevides de. **O cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.